

STJ00113746

ORGANIZADORAS

BENIGNA ARAÚJO TEIXEIRA MAIA
FERNANDA GOMES E SOUZA BORGES
FLÁVIA PEREIRA HILL
FLÁVIA PEREIRA RIBEIRO
RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO

ACESSO À JUSTIÇA

UM NOVO OLHAR A PARTIR DO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Acesso à justiça: um novo olhar a partir do Código de Processo Civil de 2015. Organizadoras: Benigna Araújo Teixeira Maia, Fernanda Gomes e Souza Borges, Flávia Pereira Hill, Flávia Pereira Ribeiro, Renata Cortez Vieira Peixoto. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

361 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5959-126-8

1. Acesso à justiça. 2. Processo. 3. CPC/2015. 4. Devido Processo Legal.

CDD 341.4

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual : 341.4

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORAS.....	7
AUTORES.....	9
DEDICATÓRIAS.....	15
APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO.....	19

CAPÍTULO 1

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

Matheus de Medeiros Peres

EMPRESAS JUNIORES E O ACESSO À JUSTIÇA: DA LEGITIMIDADE ATIVA PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS.....	31
Introdução.....	31
1 Os Juizados Especiais cíveis e o acesso à justiça.....	32
1.1 As pessoas jurídicas com legitimidade ativa perante os Juizados Especiais cíveis.....	34
1.2 As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP).....	36
2 As Empresas Juniores.....	37
2.1 A natureza jurídica das Empresas Juniores.....	38
3 Da possibilidade de atuação das Empresas Juniores nos Juizados Especiais cíveis.....	40
Conclusão.....	45
Referências.....	46

CAPÍTULO 2

Benigna Araujo Teixeira Maia

Camila Victorazzi Martta

RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA APÓS O ADVENTO DO CPC/15.....	49
Introdução.....	49

1 Releitura da superação do obstáculo de acesso à justiça: assistência judiciária para os necessitados.....	50
2 Releitura da superação do obstáculo de acesso à justiça: representatividade nos direitos coletivos.....	52
3 Releitura da solução do acesso à justiça: o enfoque ao acesso à justiça.....	54
Conclusão.....	56
Referências.....	57

CAPÍTULO 3

Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand

ACESSO À JUSTIÇA E A OBRIGATORIEDADE OU NÃO DE TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO ON-LINE (ODR) NOS CONFLITOS DE CONSUMO	59
Introdução.....	59
1 Modelo multiportas e as plataformas de solução de conflitos on-line	60
2 Acesso à justiça e os meios de resolução de conflito on-line	63
3 Obrigatoriedade ou não da utilização prévia de plataformas de resolução de conflito on-line pelo consumidor.....	66
Conclusão.....	69
Referências.....	70

CAPÍTULO 4

Cristiane Rodrigues Iwakura

ACESSO À JUSTIÇA E BARREIRAS TECNOLÓGICAS: VERDADE OU MITO?	73
Introdução.....	73
1 As ondas renovatórias de Garth e Cappelletti.....	75
2 Barreiras tecnológicas e a evolução da informatização dos processos eletrônicos no Brasil.....	78
3 Acesso à justiça e barreiras tecnológicas. Verdade ou mito?.....	82
Conclusão.....	87
Referências.....	88

CAPÍTULO 5**Daniela Olímpio de Oliveira**

ACESSO À JUSTIÇA E PROCESSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	91
Introdução.....	91
1 Processualidade Administrativa e Poder Judiciário	92
3 Devido Processo e Processualidade Administrativa	95
Conclusão.....	101
Referências	102

CAPÍTULO 6**Erik Frederico Gramstrup**

O ACESSO À JUSTIÇA E A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL POR QUANTIA CERTA (PL 6.204/2019).....	105
Introdução.....	105
1 O acesso à justiça em caracterização negativa.....	105
2 O acesso à justiça em caracterização positiva.....	109
3 A reação do direito brasileiro ao problema do acesso à justiça.....	112
4 A execução extrajudicial por quantia certa tal como projetada.....	118
Conclusão.....	125
Referências	125

CAPÍTULO 7**Fernanda Gomes e Souza Borges****Ana Luiza Garcia Campos****Pedro Ivo Ribeiro Diniz**

ACESSO À JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	129
Introdução.....	130
1 O Acesso à Justiça no Brasil e o Código de Processo Civil de 2015.....	136
2 Integração do ODS 16 da Agenda 2030 ao Poder Judiciário brasileiro	142
Conclusão.....	144
Referências	145

CAPÍTULO 8

Fernando da Fonseca Gajardoni

LEVANDO O DEVER DE ESTIMULAR A AUTOCOMPOSIÇÃO A SÉRIO: UMA PROPOSTA DE RELEITURA DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DO CPC/15	149
1 A tentativa de solução extrajudicial do conflito é condicionante legítima para o acesso ao Judiciário?	149
2 A evolução da jurisprudência brasileira na última década.....	150
3 Eficiência do sistema extrajudicial de atendimento ao jurisdicionado como requisito necessário para a releitura do princípio de acesso à justiça.....	154
4 A plataforma consumidor.gov.....	156
5 Levando o dever de estimular a autocomposição a sério: consequências práticas do descumprimento do dever imposto às partes de buscar a autocomposição	158
Conclusão.....	162
Referências.....	162

CAPÍTULO 9

Flávia Pereira Hill

DESENCATELANDO A ARBITRAGEM: A ARBITRAGEM EXPEDITA E O ACESSO À JUSTIÇA MULTIPORTAS	165
1 O sucesso da arbitragem no Brasil e a sua justa valorização no CPC/2015	165
2 Arbitragem expedita como método adequado para resolução de conflitos de médio porte.....	169
3 Vantagens.....	170
4 Conteúdo econômico máximo.....	171
5 Consentimento das partes.....	171
6 Produção de provas.....	172
7 Nomeação do árbitro: prevalência de árbitro único.....	173
8 Dever de revelação (duty of disclosure): a valorização da imparcialidade do árbitro.....	174
9 Tentativa inicial de acordo.....	175
10 Alegações iniciais do autor.....	176
11 Intimações e comunicações por meio eletrônico	177
12 Pedido contraposto	177

13 Resposta	178
14 Audiência	178
15 Alegações finais	178
16 Sentença arbitral	178
17 Pedido de esclarecimentos	179
18 Taxa de administração e honorários do árbitro	179
19 Conflitos envolvendo a Administração Pública	180
20 Temas passíveis de solução através da arbitragem expedita	180
20.1 Contratos de franquia	181
20.2 Direito do consumidor	181
20.2.1 Brasil	181
20.2.2 Estados Unidos	183
20.2.3 Reino Unido	184
20.2.4 Argentina	184
20.2.5 União Europeia: arbitragem expedita online, cyber-arbitragem ou e-arbitragem	184
20.3 Contratos de locação de lojas em shoppings centers	185
20.4 Agronegócio	185
20.5 Relações trabalhistas: Lei Federal n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)	186
21 Arbitragem nos cartórios extrajudiciais: PL n. 5243/2009	187
Conclusão	188
Referências	189

CAPÍTULO 10

Flávia Pereira Ribeiro

O ACESSO À JUSTIÇA: UM NOVO OLHAR, ESPECIALMENTE PARA A ACEITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 6.204/2019	193
Introdução	193
1 O monopólio da jurisdição do Estado Juiz é um mito que deve ser urgentemente superado. Ressignificação do acesso à justiça	195
2 Doutrina nacional em prol da desjudicialização da execução no Bra- sil	200
3 Análise do PL n. 6.204/2019 do Senado Federal por um novo olhar de acesso à justiça	203
Referências	207

CAPÍTULO 11**Humberto Dalla Bernardina de Pinho**

ACESSO À JUSTIÇA E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE.....	211
1 O acesso à justiça como aspecto do Estado de Direito.....	211
2 A problematização da insuficiência do acesso à justiça.....	212
3 O Acesso à Justiça e o uso das ferramentas extrajudiciais de solução de conflitos.....	215
4 A consolidação do sistema multiportas de solução de conflitos no Brasil.....	220
5 A necessária ressignificação da tutela jurisdicional contemporânea ...	226
Referências.....	229

CAPÍTULO 12**Luciana Yuki F. Sorrentino**

A AUTOCOMPOSIÇÃO NO CPC SOB O PRISMA DA ARQUITETURA DE ESCOLHAS.....	235
Introdução.....	235
1 Arquitetura de Escolhas.....	236
1.1 Conceito.....	236
1.2 A Arquitetura da Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos.....	238
2 A autocomposição no CPC/2015.....	240
2.1 A sessão de mediação ou conciliação e algumas heurísticas.....	243
Conclusão.....	245
Referências.....	246

CAPÍTULO 13**Marcelo Barbi Gonçalves**

DUAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL.....	249
1 A legitimidade extraordinária baseada na autorização pelo ordenamento jurídico.....	249
1.1 O substituto processual tutela direito alheio no próprio interesse.....	250
1.2 Espécies de legitimidade extraordinária à luz da interdependência entre os interesses materiais tutelados no processo.....	252

2 O lado oculto (catalizador) do interesse de agir.....	254
2.1 Foco na utilidade dos efeitos substanciais da tutela jurisdiccional.....	255
Referências.....	261

CAPÍTULO 14

Maria Cecília de Araujo Asperti

ACESSO À JUSTIÇA E O TRATAMENTO DE CASOS REPETITIVOS NO CPC/2015: EM BUSCA DE UMA VISÃO EMPÍRICA.....

Introdução.....	265
1 A escolha do CPC/2015 pelo tratamento de casos repetitivos e a concepção de acesso à justiça subjacente.....	266
2 Problemas dos mecanismos de julgamento de casos repetitivos em termos de acesso à justiça.....	269
2.1 Características da litigiosidade repetitiva e desequilíbrio entre as partes.....	269
2.2 Déficit de representatividade adequada e de participação e perda do potencial inclusivo do processo coletivo.....	274
Conclusão.....	278
Referências.....	279

CAPÍTULO 15

Paula Ferreira Bovo

ACESSO À JUSTIÇA: A JURIMETRIA COMO UM DOS INSTRUMENTOS.....

Introdução.....	283
1 Do acesso à justiça: a previsão legislativa e os objetivos do CPC/2015 têm sido alcançados?.....	284
2 Jurimetria: do conceito dos objetivos e da possibilidade de ser instrumento ao acesso à justiça.....	288
3 Da segurança jurídica e do acesso à informação como consequências intensificadoras do acesso à justiça.....	293
Conclusão.....	295
Referências.....	296

CAPÍTULO 16**Renata Cortez Vieira Peixoto****Clarice Santos**

A DESJUDICIALIZAÇÃO COMO DIRETRIZ DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	299
Introdução.....	299
1 Desjudicialização, desjudiciarização, desjurisdicionalização, descentralização e extrajudicialização: distinções conceituais.....	301
2 Evolução da desjudicialização na legislação processual até a entrada em vigor do CPC.....	308
2.1 A desjudicialização e os meios de solução dos conflitos diversos da solução adjudicada judicial	309
2.2 A desjudicialização de procedimentos	312
3 A desjudicialização no CPC/2015 e sua evolução na legislação após a vigência do referido diploma legal	317
4 Notas Conclusivas: A Desjudicialização como Diretriz do Processo Civil Brasileiro e o Poder Judiciário do Futuro	322
Referências	325

CAPÍTULO 17**Rodrigo Frantz Becker****Renan Lima Barão**

TIPICIDADE E ATIPICIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS..	329
Introdução.....	329
1 Execução direta x indireta	330
2 Meios típicos x meios atípicos.....	331
3 A regulamentação das medidas típicas e atípicas no CPC/73 e no CPC/15	332
4 Limites à aplicação das medidas atípicas.....	334
5 Abordagem jurisprudencial.....	339
Conclusão.....	343
Referências	343

CAPÍTULO 18**Taynara Tiemi Ono**

A DIGITALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	347
Introdução.....	347
1 A implementação da tecnologia no Poder Judiciário	349
2 Princípio constitucional do devido processo legal	353
2.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF)	354
2.2 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII, CF)	357
2.3 Princípio da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, CF)	358
Conclusão.....	360
Referências	360